



323
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0332164-2
AGRAVANTE: Amanda Pimentel e Silva Lins e Outros
AGRAVADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. ADICIONAL DE ATIVIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. ART. 11 DA LEI Nº 12.643/2004. IMPOSSIBILIDADE DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 2º-B DA LEI Nº 9.494/1997. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. O pleito de antecipação de tutela para percepção, em caráter imediato, do *“adicional de atividade de tecnologia da informação”*, a que se refere o art. 11, da Lei nº 11.216/95, importa, à evidência, em *aumento de remuneração ou extensão de vantagem*, circunstância que faz incidir o disposto no art. 2º-B da Lei nº 9.494/1997. 2. Com efeito, a jurisprudência dominante tem se firmado no sentido da impossibilidade de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, nos casos que impliquem concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidor público. 3. Vale ressaltar que a situação em comento não se enquadra nas hipóteses especialíssimas em que a tutela liminar é admitida pela jurisprudência, notadamente aquelas que tem por efeito o restabelecimento do *status quo ante*. 4. Isso porque o pleito vertente busca a obtenção de gratificação nunca antes percebida. 5. Ou seja, no plano fático, a pretensão em lume consiste em aumento do *status quo* remuneratório dos servidores agravantes. 6. Por outro lado, na discussão de fundo, em análise perfunctória, não se vislumbra a plausibilidade do pedido. 7. Isso porque a Lei nº 12.643/2004, que acrescentou modificações ao Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário, estabeleceu, expressamente, em seu artigo 11, §§ 3º e 4º, que os adicionais de atividade de tecnologia da informação seriam concedidos a um número específico de servidores. 8. E, decerto, não há qualquer ilegalidade na limitação em foco imposta ao administrador. 9. Ademais, na esteira do entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, *“não cabe ao Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento da isonomia”*. 10. Agravo improvido, em ordem a manter a decisão interlocutória de primeiro grau que indeferiu a tutela antecipatória.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0332164-2, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0332164-2
 AGRAVANTE: Amanda Pimentel e Silva Lins e Outros
 AGRAVADO: Estado de Pernambuco
 RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Agravo de Instrumento** interposto por Amanda Pimentel e Silva Lins e Outros em face da decisão interlocutória (fls. 283/283-vº) do Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0104819-83.2013.8.17.0001, que indeferiu a antecipação de tutela pleiteada pelos autores/agravantes, no sentido de perceber, em caráter imediato, o adicional de atividade de tecnologia da informação (sigla "ATI-1"), previsto na Lei nº 12.643/2004, com fundamento na existência de vedação legal à antecipação de tutela contra a Fazenda Pública e na ausência de verossimilhança das alegações.

Os agravantes, ocupantes dos cargos públicos de Técnico Judiciário – TPJ, especialidade "*Programador*" e Analista Judiciário – APJ, especialidades "*Analista de Sistemas*" e "*Analista de Suporte*", pleiteiam a implantação em seus vencimentos do adicional de atividade de tecnologia da informação, sob o fundamento de que, desde a assunção dos cargos, exercem as suas funções junto ao setor responsável pela informática, inicialmente denominado de "*Diretoria de Informática*", posteriormente transformado em "*Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação*".

Sustentam os recorrentes, em suma, que o art. 11 da Lei nº 12.643/2004 instituiu *Adicional de atividade de tecnologia da informação*, a ser concedido aos servidores que exercem as suas funções exclusivamente junto à Diretoria de Informática, em razão do desempenho das atividades descritas nos seus parágrafos 1º e 2º.

Acrescentam que a superveniente Lei nº 12.943/2005 acresceu os parágrafos 3º e 4º ao artigo 11 da Lei nº 12.643/2004, restringindo o quantitativo de servidores beneficiados pela vantagem, mesmo sendo superior o número de servidores no desempenho daquelas funções, pelo que averbam a inconstitucionalidade daquele diploma legal.

Alegam, ademais, que servidores em condições idênticas de trabalho recebem o adicional em lume em sistema de rodízio, cuja ordem obedece a data de ingresso no serviço público, não tendo sido os agravantes beneficiados com a percepção da vantagem, não obstante preencham as condições previstas em lei para sua aquisição, conforme atestam as certidões acostadas aos autos.

Invocam, ao final, o princípio da isonomia de vencimentos para cargos iguais ou assemelhados, e a não aplicação da súmula 339 do STF, após o advento da nova ordem constitucional, inaugurada em 1988.



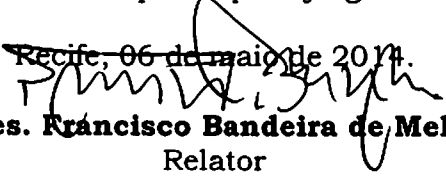


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

O Estado agravado, nas contra-razões de fls. 302/308, alega, em síntese, que (i) os recorrentes não lograram êxito em demonstrar, de plano, a existência do direito invocado, não tendo restado comprovado que os mesmos exerciam as funções descritas no § 2º do art. 11 da Lei nº 12.643/2004; (ii) que o art. 37, XIII da CF/88 veda a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (iii) que a Lei Estadual nº 12.943/2005, ao limitar o pagamento do adicional em foco a um quantitativo específico de servidores, impôs à administração do Tribunal de Justiça limites objetivos à designação de servidores para o exercício daquelas funções, sendo certo que o eventual descumprimento da norma não enseja a sua invalidade, mas sim a aplicação das sanções cabíveis àqueles que não observaram os seus ditames.

A douta Procuradoria de Justiça aduziu não vislumbrar interesse público que justifique a sua intervenção no feito (fls. 314/315).

É o que importa relatar. Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

~~Recife, 06 de maio de 2014.~~

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



324
B

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0332164-2
AGRAVANTE: Amanda Pimentel e Silva Lins e Outros
AGRAVADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De início, tenho que o pedido de antecipação de tutela para percepção, em caráter imediato, do *Adicional de Atividade de Tecnologia da Informação* (sigla "ATI-1"), a que se refere o art. 11, § 1º da Lei Estadual nº 12.643/2004, importa, à evidência, em aumento de remuneração ou extensão de vantagem, circunstância que faz incidir o disposto no art. 2º-B da Lei nº 9.494/1997, *verbis*:

"Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, **concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado.** (NR) (Artigo incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 24.8.2001)."

Dai ter-se firmado jurisprudência no sentido da impossibilidade de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, nos casos que impliquem concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidor público, conforme se observa do aresto do Pretório Excelso abaixo transcrito:

"EMENTA: Reclamação: alegação de desrespeito do julgado do Supremo Tribunal Federal na ADC 4-6: **procedência. Hipótese de deferimento de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública**, em controvérsia em torno da fórmula pela qual se dará a **parcela honorária percebida pelos integrantes da carreira de Procurador do Município de São Paulo em decorrência de alteração procedida pela L. 13.400/02, da qual resultará aumento de remuneração: violação do decidido pelo Supremo Tribunal na ADC 4-6 - MC.**"(Rcl 2726 / SP, DJ 03-02-2006 PP-00015)." Grifei.

Na mesma linha se posiciona o Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1º DA LEI 9494/97. AGRAVO DESPROVIDO.

I - Nos termos do art. 1º da Lei 9.494/97, é vedada a concessão da antecipação de tutela contra a Fazenda Pública que tenha por objeto a concessão de aumento ou vantagem a servidores públicos. Neste sentido, a manifestação do Colendo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da medida liminar na ADC nº 4.

II - Agravo interno desprovido." (AgRg no Ag 701863 / PE, DJ 01.02.2006 p. 595)." Grifei.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

“PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 273 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. RESTABELECIMENTO DO STATUS QUO ANTE. POSSIBILIDADE.

1. Esta Corte Superior de Justiça tem jurisprudência uniforme sobre a impossibilidade da antecipação de tutela contra a Fazenda Pública nos casos de aumento ou extensão de vantagens a servidor público.
2. Entretanto, o referido entendimento não se aplica às hipóteses como a dos autos, em que se busca, o estabelecimento de situação anterior.
3. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no REsp 853558/RS, DJ 04.12.2006 p. 372).”
Grifei.

Vale ressaltar que a situação em comento não se enquadra nas hipóteses especialíssimas em que a tutela liminar é admitida pela jurisprudência, notadamente aquelas que têm por efeito o restabelecimento do *status quo ante*.

Isso porque o pleito vertente busca a obtenção de gratificação nunca antes percebida.

Ou seja, no plano fático, a pretensão em lume consiste em **aumento** do *status quo* remuneratório dos servidores agravantes.

Por outro lado, na discussão de fundo, em análise perfunctória, não vislumbro a plausibilidade do pedido.

Isso porque a Lei nº 12.643/2004, que acrescentou modificações ao Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário, estabeleceu, expressamente, em seu artigo 11, §§ 3º e 4º, que os adicionais de atividade de tecnologia da informação seriam concedidos a um número específico de servidores, *in verbis*:

§ 3º O Adicional de Atividade de Tecnologia da Informação mencionado no §1º deste artigo não será concedido a mais de 27 (vinte e sete) servidores. (Acrescido pelo art.1º da Lei nº 12.943, de 16 de dezembro de 2005).

§ 4º O Adicional de Atividade de Tecnologia da Informação mencionado no § 2º deste artigo não será concedido a mais de 35 (trinta e cinco) servidores. (Acrescido pelo art.1º da Lei nº 12.943, de 16 de dezembro de 2005).

E, decerto, não há qualquer ilegalidade na limitação em foco imposta ao administrador.

Ademais, na esteira do entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, “*não cabe ao Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento da isonomia*”.



325
a

326
e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

A par da atualidade do entendimento cristalizado na Súmula nº 339, trago à baila aresto recente da Suprema Corte:

Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Constitucional e Administrativo. Servidor público. Isonomia. Vencimentos. Enunciado n. 339 da Súmula do STF. 3. **Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.** 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 762806 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 03/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-183 DIVULG 17-09-2013 PUBLIC 18-09-2013)

Nesse contexto, é de rigor a manutenção da decisão agravada.

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento**, em ordem a manter a decisão interlocutória de primeiro grau que indeferiu a antecipação de tutela perseguida.

É o voto.

Recife, 02 de Maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator